REVISTA AQUILA. nº 27. Ano XIII. Jul/Dez, 2022.
ISSN: 1414-8846 | e-ISSN: 2317-6474

DE UM LADO PARA O OUTRO AS VERDADES SE ENCONTRAM NA ARENA DE INDECISÕES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VERDADES SUBJETIVAS E OBJETIVAS E HISTÓRIA

FROM ONE SIDE TO THE OTHER, TRUTHS MEET IN THE ARENA OF INDECISION: SOME CONSIDERATIONS ON SUBJECTIVE AND OBJECTIVE TRUTHS AND HISTORY

EDSON SILVA DE LIMA[1]

Recebido em 12/04/2022
Aprovado em 25/06/2022

RESUMO
Neste artigo, procuramos colocar em questão o tema da verdade que seria próprio do discurso filosófico, embora seja importante em diversas formações discursivas. É um desafio complexo, mas necessário; sua necessidade está em considerarmos que o conceito de verdade vem sendo reforçado em sua modalidade objetivista como uma forma de contrapor o falso, a mentira e, atualmente, as perigosas *fake news.* Com essa salvaguarda, conjuntamente, vem uma radicalização da verdade objetiva como, em alguns momentos, detratora das verdades subjetivas. O caráter objetivo e o caráter subjetivo no conhecimento histórico são fundamentais para determinar seu postulado de verdade[2].

Palavras-chave: verdade, filosofia, discursos.

ABSTRACT

In this article we seek to question the theme of truth that would be characteristic of philosophical discourse, although it is important in different discursive formations, it is a complex but necessary challenge; its need is in considering that the concept of truth has been reinforced in its objectivist modality as a way of opposing the false, the lie and currently, the dangerous fake news. With this safeguard, together, comes a radicalization of objective truth as, at times, a detractor of subjective truths. The objective character and the subjective character in historical knowledge are fundamental to determine its postulate of truth.

Keywords: truth, philosophy, discourses.

[1] Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa Poder, Cultura e Representações. E-mail: edson_hist@yahoo.com.br.

[2] Este texto é uma parte modificada da tese de doutorado defendida no programa de história da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2022.

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

REVISTA AQUILA. nº 27. Ano XIII. Jul/Dez, 2022.
ISSN: 1414-8846 | e-ISSN: 2317-6474

Colocar em questão o tema da verdade que seria uma seara própria do discurso filosófico, embora seja importante em diversas formações discursivas, é um desafio complexo, mas necessário; sua necessidade está em considerarmos que o conceito de verdade vem sendo reforçado em sua modalidade objetivista como uma forma de contrapor o falso, a mentira e atualmente, as perigosas *fake news.*

Com essa salvaguarda, conjuntamente, vem uma radicalização da verdade objetiva como, em alguns momentos, detratora das verdades subjetivas. Sendo esta última como aquela que permite revigorar o caráter epistemológico da história como uma forma de autoconhecimento ou/e autoconhecimento como uma maneira mesma de equilíbrio ou de dialética entre a cognição e a emoção, a razão e a sensibilidade, a ética e a estética. O caráter objetivo e o caráter subjetivo no conhecimento histórico são fundamentais para determinar seu postulado de verdade. É preciso, no entanto, discutir a verdade objetiva e a verdade subjetiva.

É lugar-comum falarmos do elemento subjetivo no conhecimento histórico, como essa maneira própria de apontarmos que no fazer historiográfico o afastamento total do objeto não é possível, senão como horizonte ou modo de prevenção ao encantamento pelas fontes. Sabemos com Michel de Certeau, para citar, talvez, o texto mais conhecido, para iniciados na pesquisa histórica, a operação historiográfica (CERTEAU, 2011, p.56-104), em que o autor nos mostra que o processo de escrita, investigação e coleta estão impregnados no sujeito que, embora carregue as marcas das convenções da profissão, imprime-se e espelha-se em seu objeto. É possível que o leitor questione a escolha pela noção de espelho, por isso explico: a tradição filosófica de análise de conhecimento que aparece em todos processos de conhecimento como: o sujeito que conhece o objeto, o objeto conhecido e o conhecimento como produto cognitivo (SCHAFF, 1994, p.61), segundo Adam Schaff, tem pelo menos, três paradigmas fundamentais para pensar a relação sujeito e objeto; são modelos do processo de conhecimento que ainda não perderam sua majestade e que têm sido os paradigmas com maior adesão na prática historiográfica, conscientes ou não de sua presença, quais sejam: teoria do reflexo como construção mecanicista, a teoria do reflexo como subjetivista-idealista e a teoria do reflexo como determinação social.

O primeiro pressupõe uma passividade frente ao objeto, como uma forma de contemplação e de recepção. Não haveria interação, evita-se qualquer forma de contaminação do objeto mesmo, sendo seu produto, o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cujo a gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito. Esse paradigma resiste até ao sensualismo

Acesso geral: https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

REVISTA AQUILA. nº 27. Ano XIII. Jul/Dez, 2022.
ISSN: 1414-8846 | e-ISSN: 2317-6474

moderno e ao empirismo transcendental, definindo a verdade como correspondência efetiva conforme o objeto "cujo papel na relação cognitiva é o de registrar estímulos vindos do exterior" (SCHAFF, 1994, p.62). Karl Popper chamou, segundo Schaff, de teoria da consciência-recipiente.

O segundo, subjetivista-idealista, aponta a primazia do sujeito em relação ao objeto, ou seja, "a predominância, se não há exclusividade volta ao sujeito que conhece, que percebe o objeto do conhecimento como sua produção" (SCHAFF, 1994, p.62). O próprio Karl Marx reconhecia a potência dessa forma de produção de conhecimento em contraposição ao materialismo pré-marxista, pelo fato de apontar uma ativação do conceito de criação, "a atenção está centrada sobre o sujeito a quem se atribui mesmo o papel de criador da realidade" (SCHAFF, 1994, p.62). Nesse modelo, o objeto se torna secundário, o papel do sujeito ganha mais importância. Nessa esteira, K. Mannheim mostrou em suas reflexões epistemológicas que havia uma radicalização do mundo pelas suas experiências. Para Schaff, o salto que Mannheim dá em relação a essa interpretação corresponde a sua aproximação com o marxismo que o permite dizer que o sujeito tem preponderância, mas "tudo depende dos termos em que se concebe e interpreta este indivíduo" (SCHAFF, 1994, p.63).

O terceiro modelo nos mostra que há preponderância de um lado a outro, em que um tem como centro a hierarquia cartesiana de relação cognitiva com o objeto; e outro que opõe-se ao primeiro da interação em favor de um sujeito de maneira iluminista kantiana, em que determina a mesma, ou seja,

> Contrariamente ao modelo mecanicista do conhecimento para o qual o sujeito é um instrumento que registra passivamente o objeto, é atribuído aqui um papel ativo ao sujeito submetido por outro lado a diversos condicionamentos, em particular às determinações sociais, que introduzem no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida. (SCHAFF, 1994, p.63)

O terceiro modelo também tomou o caminho oposto ao modelo mecânico, mas não era o idealismo subjetivo, ele ocultava misteriosamente o objeto de conhecimento e não havia nada mais no campo de batalha, exceto o assunto que ele conhecia e o produto de seu pensamento. Em vez disso, propõe uma relação cognitiva dentro da estrutura de uma teoria de reflexão aprimorada, na qual tanto o sujeito quanto o objeto mantêm sua existência objetiva e real, enquanto interagem entre si.

Esse tipo de interação é realizado dentro do quadro de prática social do objeto, e ele compreende o objeto em e por meio de suas atividades. Você, leitor, descobrirá que esse tipo nos permite observar consequências

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

REVISTA AQUILA. nº 27. Ano XIII. Jul/Dez, 2022.
ISSN: 1414-8846 | e-ISSN: 2317-6474

importantes em relação ao conceito de verdade. Se, através do processo de conhecimento, entendemos a interação específica entre o sujeito do conhecimento e o objeto conhecido, que produz um produto mental que chamamos de conhecimento, então essa relação pode ser explicada no quadro de alguns modelos teóricos.

Estas questões são tão amplas quanto a estrutura da interpretação histórica. É a base dessa interpretação, especialmente, a lógica da causalidade nas investigações históricas. A relação com o objeto não é e não pode ser passiva, isto é, o sujeito está sempre ativo, ele introduz algo próprio ao conhecimento, no sentido definido desses termos, o sujeito é sempre um processo subjetivo-objetivo: a) é objetivo o que vem do objeto, ao contrário do subjetivo que cria o seu objeto; b) é objetivo o que é válido para todos e não apenas para este ou o que é indivíduo; c) é objetivo o que é livre de emotividade, de parcialidade em oposição ao subjetivo no sentido de emotivamente colorido e parcial (SCHAFF, 1994, p.73).

Portanto, a verdade objetiva carrega essas determinações ao mesmo tempo em que implica revogá-las devido aos mecanismos de invenção, criação e construção, isto é, se a objetividade preza pela imparcialidade e pela ausência de coloração emotiva, na condição mesma da experiência, ela perde sua forma definitiva de conhecimento verdadeiro. A antropologia filosófica nos mostra que o conhecimento é um produto da mente humana, do homem que interfere, projeta, interpreta e sente o mundo, constitui-se sempre em uma forma de transformação e de processo. A premissa do recente renascimento da antropologia histórico-filosófica, no entanto, segundo Hans Robert Jauss, corresponde a dizer que, apesar da aparente imutabilidade da natureza humana, na verdade, ela tem história, e essa história é o depósito do projeto que é constantemente reformado e substituído no processo de autodeterminação, e pode ser entendida como a segunda natureza do homem (JAUSS, 1983, p. 305).

A objetividade nesse sentido adquire propriedade relativa, não podendo coincidir com o critério da verdade absoluta, imutável. O conhecimento científico, portanto, é objetivo-subjetivo. No entanto, a ênfase no cognitivo ou no subjetivo aponta para o indivíduo da pesquisa frente ao seu objeto; seja objetivo-social ou subjetivo-idealismo, os contornos da verdade correspondem à natureza mesma de sua contestação como paradigma hegemônico. A verdade, em seu sentido clássico, tem como fundamental a seguinte afirmação: “é verdadeiro um juízo do qual se pode dizer que o que ele anuncia é na verdade, tal como o enuncia” (SCHAFF, 1994, p.76).

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

Gottlob Frege apontou que, se o significado de uma frase muda de uma forma a outra que está relacionada, o seu valor verdadeiro também mudará o pensamento (FREGE, 1999) relativo ao problema do portador da verdade. O princípio do reconhecimento da imutabilidade da verdade é razoável: o que é certo (ou errado) continua verdadeiro (ou falso); este princípio equivale à exigência da imutabilidade do portador da verdade, porque o que dizemos é certo ou errado. Muitas pessoas acham difícil admitir que os sentidos, o conteúdo ou os pensamentos são os portadores da verdade e do valor de verdade. A razão talvez seja a que é mais difícil de definir no estado ontológico de suas entidades. Frege propôs uma alternativa à realidade platônica, para ele, o pensamento é uma entidade abstrata, com um mundo eterno de pensamento (ele também o chamou de eternos), eterno e imutável, sempre certo ou errado, esperando para serem pensados por nós. Todavia, se tomada literalmente, a teoria pragmática da verdade, proposta por William James, a determinação da verdade corresponderia a seguinte convicção: se há um suporte prático para esta proposição, então esta proposição está correta. Portanto, para James, “Deus existe” é uma proposição verdadeira, porque acreditar em Deus é vantajoso (JAMES, 2001). Se vinculada à teoria do reflexo como complemento e suplemento, não é possível falar de uma e evitar a outra.

O que precisa ser apontado aqui é que esse tipo de determinação conduz ao princípio da imitação, isto é, como uma verdade universalmente aceita, consistente com o sistema, utilidade real e economia ideológica, isto é, conformidade com este ou aquele critério reconhecido. Nenhuma das normas citadas pode garantir a autenticidade do conhecimento, ou seja, não pode confirmar a certeza de que o conteúdo que esclarecemos de acordo com suas normas é consistente com o conteúdo determinado.

O debate sobre a verdade absoluta e a verdade relativa apontou que esse *contradictio in adjecto* é uma forma de particularidade do mobilizador na mediação. Corresponde a dizer que se baseia no fato de um determinado julgamento ser certo ou errado independentemente ou de acordo com a situação, ou seja, segundo a pessoa que anunciou o julgamento, a hora e o local do julgamento, então, também podem se referir ao direito total obtido pelo reconhecimento parcial da verdade.

Nesse sentido, a verdade pode ser parcial, incompleta e, portanto, mudar à medida que nossa compreensão de um determinado objeto se desenvolve. Isso apenas mostra que o conhecimento humano é cumulativo e se amplia ao longo do tempo, e essa expansão é acompanhada por mudanças nas verdades formuladas para esse conhecimento. Devido à natureza infinita da realidade pesquisada, o conhecimento é sempre um processo. Portanto,

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

não apenas toda a verdade é parte da verdade, mas também da perspectiva de sua relação com o tempo da verdade, por isso, ainda podemos considerá-la como absoluta ou relativa. Se o conhecimento é um processo, logo, é verdade. A verdade está se tornando, no processo infinito, para a verdade total, ou enquanto existirem os seres humanos, a verdade parcial se acumula (SCHAFF, 1994, p.80).

Collingwood argumenta que somos treinados como cientistas e/ou intelectuais a sermos imparciais, o que corresponde a dizer que não apenas devemos perseguir a verdade senão ter um compromisso efetivo com ela. Isto demanda antes de mais nada que todos nossos esforços sejam voltados à sua descoberta, que o nosso desejo seja resgatá-la de algum tipo de sombreamento, de velamento, colocando em evidência sua vocação para revelação, para profecia.

Os profetas, segundo a tradição judaico-cristã, são portadores da verdade, e como tais só podem anunciá-la como condição de torná-la o verbo manifesto, a palavra definitiva. Essa tradição aponta para que o fundamental no efeito da palavra seja a determinação última de sua enunciação, ou seja, a descoberta da palavra. Para Collingwood, esse argumento se torna problema quando colocamos como questão a imparcialidade do trabalho historiográfico. Ele questiona se é possível essa discussão tomar contornos de verificação sobre os conteúdos da parcialidade e da imparcialidade, de objetivo e de subjetivo, como vimos anteriormente.

A questão que Collingwood coloca tem como finalidade que a parcialidade não seja definitiva, mas que siga pelo menos dois princípios: parcialidade que remete ao que queremos e parcialidade com o que achamos correto. Essas duas dimensões não correspondem a compor formas de oposição à parcialidade, mas de apontar um problema ético no interior da linguagem em relação ao seu papel ativo ao lançar ao mundo a existência da sua arbitrariedade. Collingwood afirma: “[a] Imparcialidade pode significar ausência de pré-noções[3]. Por pré-noções, entendo a tendência de prejudicar as questões ou resolvê-las antes das evidências” (COLLINGWOOD, 1999, p.209).

Em outras palavras, para Collingwood “acreditar que uma palavra, em qualquer contexto que apareça, tem apenas um único significado, não revela um padrão altíssimo de precisão lógica, mas uma ignorância excepcional em relação a natureza da linguagem” (COLLINGWOOD, 2020, p.13). O que vale

[3] Traduzi *prejude* por pré-noções por entender que a palavra preconceito está demasiadamente comprometida com sua dimensão política e identitária, e que pré-noções carrega uma guinada científico-filosófica para discussão que venho fazendo até aqui.

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

dizer que, caso o historiador apoie-se completamente nas pré-noções, certamente se afastará de seu objeto unilateral e de encontrar a verdade factível do fenômeno em observação. Ele ainda disse: “Eu deveria definir pré-noções como um desejo de descobrir que uma determinada resposta à pergunta que alguém está fazendo é a certa” (COLLINGWOOD, 1999. p.210).

Ao apontar que as pré-noções podem prejudicar, ser perigosas na tarefa de descobrir a verdade, a vontade (*phronesis)* aparece como um conceito central, devido sua força de movimento em promover a ênfase em algum objeto que se queira conhecer. As pré-noções, por sua vez, podem direcionar o fazer historiográfico, implicando favorecer um fenômeno em detrimento de outro. No entanto, podem os historiadores abrirem mão das pré-noções? Collingwood diz que não; seja pelo próprio ato reflexivo que a pesquisa exige, seja pela dimensão antropológica em seu sentido filosófico, pois: “escrever um livro de filosofia [história], é escrever um comentário sobre a vida humana” (COLLINGWOOD, 2020, p.13).

Michel de Certeau foi feliz ao demonstrar que “a escritura científica, constituição de um lugar próprio, reconduz o tempo, este fugitivo à normalidade de um sistema observável e legível” (CERTEAU, 1994, p. 165). Trata-se de uma intervenção que em seu processo de decantação nos aponta um sujeito que pensa ao fazer e que faz ao pensar, que se orienta para o interior das determinações e das convenções. O que nos permite refletir sobre a experiência, a escrita e seus desdobramentos dos modos de fazer do qual Collingwood provoca: “para evitar as pré-noções, deve ser estabelecida a regra de que ninguém que esteja pessoalmente interessado em um assunto possa escrever a história desse assunto” (COLLINGWOOD, 1999, p.211).

Esse afastamento do objeto possibilitaria um certo grau de imparcialidade e, no entanto, deixa de corresponder a algo fundamental daquilo que Émile Durkheim verificou no exercício da pesquisa: a dimensão do interesse por determinado objeto correspondente à própria situação das pré-noções. Se, por um lado, elas podem comprometer a pesquisa, sem elas, no entanto, não é possível chegar a determinados objetos. Afinal, é no processo de identificação, com algumas ressalvas, que chegamos ao tema, ao objeto e a maneira mesma de pensar sobre a forma de elaboração da pesquisa[4].

Em outras palavras, não é preciso abandonar as pré-noções, mas conhecê-las, discipliná-las para que não orientem unilateralmente o interesse por certo objeto; se o confronto com as pré-noções for inevitável, é preciso

[4] Essa reflexão resulta de uma nota de rodapé, em que Émile Durkheim, faz uma digressão quanto a importância das pré-noções como aquelas que ao interromper a imparcialidade no processo científico, se mostra o possível ponto de partida da pesquisa. Cf. Regras do Método Sociológico, 2012.

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

colocá-las à mesa, dispor os protocolos para que não sejam tomadas como engano (mentira), mas que sejam legitimadas por sua exposição no espaço epistêmico. Collingwood chega a uma constatação interessante que nos mostra um encorajamento em trazer à superfície as marcações subjetivas, diz ele:

> Eu concordo que se todo pensamento histórico real deve começar das pré-noções, é de vital importância para o próprio trabalho saber quais são suas pré-noções e não fazer segredo deles. E tenho fé suficiente no poder da pesquisa do pensamento histórico, mesmo que feita sem nenhum objetivo em vista, exceto para apoiar uma certa tese política, levará a resultados históricos que transcendem em muito a própria tese. (COLLINGWOOD, 1999, p.213)

Não há entrelinhas que sirvam de pressupostos ao estabelecimento de pré-noções que sejam confirmadas pelas anedotas do mundo. Benedetto Croce definiu bem a separação entre elas e a história, ao afirmar que: "o anedótico é retrato do humano no seu sentido mais lato" (CROCE, 2006, p.164), enquanto que a história, com auxílio da faculdade de conectar, teria no fato uma fração do acontecimento que exige a capacidade imaginativa associativa como compósito da linguagem, não como fator de compromisso com a verdade, isso é trabalho puramente metodológico, que corresponde a dizer que "o fato é vital e ativo na verdadeira historiografia, sendo convertido por ela em verdadeiro" (CROCE, 2006, p.164). A dimensão moral fundamental nessa discussão fica por conta de considerar refratária do juízo moral como juízo de valor. Portanto, de ser capaz de narrar os fatos sem a eles impor determinações morais que os classificariam como bons ou maus, que corresponderia a *accept fact a simply as facts* (COLLINGWOOD, 1999, p.214) que conformar-se-ia em afirmar que "a única lei moral que ele reconhece é uma lei moral que incumbe a si mesmo, ditando-lhe o dever de pesquisa imparcial" (COLLINGWOOD, 1999, p.214).

Esses aspectos de isenção que foram atribuídos às ciências da natureza têm sido questionados devido às escolhas presentes no próprio ato científico. Essa discussão é central se quiser apontar que todo ato investigativo é um ato humano e, por conseguinte, do pensamento mesmo como forma de *approchment* do mundo. Collingwood nos mostra que é possível narrar uma sequência de eventos, organizá-los segundo sua ordem, datas e dizer o que cada um deles foi em sua historicidade determinada e, ainda assim, não tecer qualquer julgamento sobre eles. Dessa forma rankeana, se quisermos dar nomes ao paradigma cientificista, denota uma preocupação com o desaparecimento do sujeito próprio das ciências naturais que tem sido questionado pelo debate em torno do *science war:* o sujeito imparcial.

Acesso geral: https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

Collingwood afirma, com todas as letras, que: “Sem julgamentos de valor, não há história. Os julgamentos de valor nada mais são do que maneiras pelas quais apreendemos o pensamento, que é o lado interno de um certo tipo acontecendo em um determinado lugar e tempo” (COLLINGWOOD, 1999, p.217).

A verdade para o historiador deve pressupor a instabilidade da vida, suas deformações e seus desagrados. Deve antes de mais nada torná-la sua, para que no processo mesmo de reflexão possa corresponder ao que quer ser dito, visto e sentido. Não como correspondência ou adequação, mas como elaboração do vivido e do pronunciado, isto é, “são os julgamentos de valores do historiador que selecionam, da confusão infinita de coisas que aconteceram, as coisas nas quais vale a pena pensar (COLLINGWOOD, 1999, p.217).

A maneira como Paul Ricoeur elabora uma posição dialógica entre o fazer historiográfico e o fazer filosófico a demonstrar que a objetividade da história é em si uma verdade analítica e, portanto, não pode apontar para uma determinação última como fundamento de sua verdade, corresponde a dizer que a objetividade histórica é subjetiva porque filosoficamente reformulada, ou tem implicações subjetivas inegáveis. Se, por um lado, afirma esse lugar de sistematização pela seleção, distinção e produção; por outro, recorre à subjetividade como modo de reassunção do homem como centro fundamental de sua motivação de ser, sentir e fazer (RICOEUR, 1955, p. 23-44).

Uma questão que nos chamou bastante atenção, em que ele define uma tipologia de leitor para o texto historiográfico que chamou de leitor-filósofo, como aquele não apenas é capaz de compreender a empiria, mas também ultrapassá-la em direção à dimensão antropológica não é uma ratificação do homem puramente, mas uma intensificação da dimensão dialógica como o encontro do eu-Eu (eu-Nós). Em outras palavras, um enfoque na simpatia como esse processo de identificação do humano no outro fratura a relação hierárquica própria da empatia (RICOEUR, 1955, p. 23-44).

Desse modo, a pessoa que escolhe as palavras pode entender seus resultados, pois compreender a compreensão de si mesmo na possibilidade de realização possibilita uma série de ações que a acompanham de uma postura a outra sem se quebrar, e a postura anterior não requer necessariamente esse tipo de passagem. Isso significa que uma pessoa pode entender a si mesma, porque agiu tanto quanto assumiu suas ações no passado.

Em outras palavras, se em qualquer ciência particular (ciência histórica) temos certeza de que nosso julgamento é verdadeiro, isso significa que

Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

estamos certos de que nosso julgamento é consistente com objetos reais. Esta é a posição da definição clássica de verdade, e quase todos nós a aceitamos intuitivamente em nossas atividades. Se a verdade subjetiva equivale à falsidade, isso significa que todas as verdades são objetivas e estas afirmações são apenas tautologias. É nessa tautologia que a arte aponta inervações que nos permitem questionar essa dimensão que persegue uma definição última sobre a verdade, seja enquanto âncora, seja como forma mesma de não se perder no emaranhado de perspectivas e, assim, se estender ao acidente e à eventualidade.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COLLINGWOOD, R. G. **O mapa do conhecimento: speculum mentis**. Trad. Juliana Amato. São Paulo, Kírion: 2020.

COLLINGWOOD, R.G. Can Historian be Impartial? In: COLLINGWOOD, Robin George. **The principles of history: and other writings in philosophy of history.** Oxford University Press, 1999.

CROCE, Benedetto. **História como história da liberdade.** Liberty Classics, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**, v. 16, 1994.

FREGE, G. “O Pensamento”, trad. port. de “Der Gedanke”, publicado como complemento de C. F. Costa: Ensaios Filosóficos (ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro 1999).

JAUSS, Hans Robert. **The Paradox of the Misanthrope.** Comparative Literature, Vol. 35, No. 4 (Autumn, 1983).

JAMES, William. “Pragmatism's Conception of Truth” in, M. P. Linch (ed.): The Nature of Truth (Bradford: Cambridge 2001).

Acesso geral: https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

RICOEUR, Paul. **Historia e verdade.** Rio de Janeiro. Companhia Editora Forense, 1955.

SCHAFF, Adam. A relação cognitiva. O processo do conhecimento. A verdade. In: **História e Verdade.** Portugal: Editorial Estampa, 1994.

Acesso geral: https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas